

Universidade Federal de Ouro Preto
Escola de Minas
Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Vinícius Vieira Cabral

**As Olimpíadas do empreendedorismo urbano no Rio de Janeiro:
Entre a subutilização de espaços e a financeirização da cidade.**

Ouro Preto
2026

Vinícius Vieira Cabral

As Olimpíadas do empreendedorismo urbano no Rio de Janeiro: Entre a subutilização de espaços e a financeirização da cidade.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof Alexandre Bomfim.

OURO PRETO

2026

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

C117a Cabral, Vinicius Vieira.

As olimpíadas do empreendedorismo urbano no Rio de Janeiro
[manuscrito]: entre a subutilização de espaços e a financeirização da
cidade. / Vinicius Vieira Cabral. - 2026.

49 f.: il.: color., mapa.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Bomfim.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Escola de Minas. Graduação em Arquitetura e Urbanismo .

1. Planejamento urbano. 2. Planejamento de Cidades. 3. Olimpíadas.
4. Eventos esportivos. I. Bomfim, Alexandre. II. Universidade Federal de
Ouro Preto. III. Título.

CDU 72:711.4

Bibliotecário(a) Responsável: Soraya Fernanda Ferreira e Souza - CRB6/2322



FOLHA DE APROVAÇÃO

Vinícius Vieira Cabral

As Olimpíadas do empreendedorismo urbano no Rio de Janeiro: entre a subutilização de espaços e a financeirização da cidade

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo

Aprovada em 25 de fevereiro de 2026

Membros da banca

Prof. Dr. Alexandre Mesquita Silva Bomfim - (Orientador) Universidade Federal de Ouro Preto
Profa. Dra. Karine Gonçalves Carneiro - Universidade Federal de Ouro Preto
Arquiteta Ma. Thaís Matos Moreno

Alexandre Mesquita Silva Bomfim, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 06/03/2026



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Mesquita Silva Bomfim, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 06/03/2026, às 12:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1070554** e o código CRC **444FC10E**.

RESUMO

O trabalho analisa os impactos urbanos das instalações olímpicas subutilizadas no Rio de Janeiro após os Jogos Olímpicos de 2016. Partindo da crítica aos megaeventos esportivos enquanto catalisadores de transformações urbanas, o estudo evidencia a contradição entre o discurso de legado positivo e a realidade de abandono e subutilização das estruturas construídas ou seu redirecionamento em benefício da iniciativa privada. A pesquisa adota revisão bibliográfica e documental, apoiada em autores como Harvey, Lefebvre, Mascarenhas e Colemberg, além da análise de documentos oficiais e reportagens jornalísticas. O caso do Rio 2016 é tomado como exemplo emblemático da lógica de “cidade espetáculo”, em que o espaço urbano é reconfigurado para atender a interesses econômicos e midiáticos, muitas vezes em detrimento das necessidades sociais. O estudo identifica instalações como o Parque Olímpico, a Vila dos Atletas e o Centro Olímpico de Tênis como símbolos dos chamados “vazios pós-olímpicos”, discutindo seus efeitos físicos, sociais e econômicos sobre a cidade. Por fim, é analisado o legado dos Jogos, com ênfase na Vila dos Atletas, que deveria ser um exemplo de desenvolvimento urbano sustentável e inclusão social. No entanto, o BTG Pactual assumiu o controle da Vila, transformando-a em um bairro de luxo, com foco na valorização imobiliária e na especulação urbana, afastando-se do modelo original de legado acessível. A análise destaca como o modelo de legado imobiliário adotado para os Jogos Olímpicos favoreceu interesses privados, enquanto as necessidades da população local e a sustentabilidade urbana foram negligenciadas.

Palavras-chave: Rio 2016; Olimpíadas; Megaeventos; Urbanismo Neoliberal; Planejamento urbano; Vila dos Atletas, Legado.

ABSTRACT

The paper analyzes the urban impacts of underutilized Olympic facilities in Rio de Janeiro after the 2016 Olympic Games. Starting with a critique of sporting mega-events as catalysts for urban transformations, the study highlights the contradiction between the positive legacy narrative and the reality of abandonment and underuse of the built structures or its redirection for the benefit of private enterprise. The research adopts a bibliographic and documentary review, supported by authors such as Harvey, Lefebvre, Mascarenhas, and Colemberg, as well as the analysis of official documents and journalistic reports. The case of Rio 2016 is taken as an emblematic example of the "spectacle city" logic, where urban space is reconfigured to serve economic and media interests, often to the detriment of social needs. The study identifies installations such as the Olympic Park, the Athletes' Village, and the Olympic Tennis Center as symbols of the so-called "post-Olympic voids," discussing their physical, social, and economic effects on the city. Finally, the paper analyzes the Games' legacy, with emphasis on the Athletes' Village, which was meant to be an example of sustainable urban development and social inclusion. However, BTG Pactual took control of the Village, transforming it into a luxury neighborhood, focused on real estate appreciation and urban speculation, distancing itself from the original model of accessible legacy. The analysis highlights how the real estate legacy model adopted for the Olympic Games favored private interests, while the needs of the local population and urban sustainability were neglected.

Key words: Rio 2016; Olimpíadas; Megaeventos; Urbanismo Neoliberal; Planejamento urbano; Vila dos Atletas, Legado.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Vista aérea do Parque Olímpico.....	17
Figura 2 - Vista aérea da Vila dos Atletas.....	20
Figura 3 - Planta baixa de um tipo de apartamento da Vila dos Atletas.....	20
Figura 4 - Vista da Arena do Futuro	21
Figura 5 - Vista do projeto da Arena do Futuro	22
Figura 6 - Vista do Centro Internacional de Transmissão (IBC).....	23
Figura 7 - Projeto do Estádio Aquático Olímpico.....	24
Figura 8 - Vista interna do Estádio Aquático Olímpico.....	24
Figura 9 - Perspectiva explodida do projeto do Estádio Aquático Olímpico	25
Figura 10 - Mapa das principais obras de mobilidade urbana no Rio de Janeiro.....	27
Figura 11 - Inserção digital mostra como ficará a avenida Rodrigues Alves.....	28
Figura 12 - Mapa das principais estruturas dos Jogos Olímpicos no Rio 2016.....	29
Figura 13 - Vila dos Atletas em fase de construção.....	34
Figura 14 - Vila dos Atletas em fase de construção.....	35
Figura 15 - Manifestação das Jornadas de Junho no Rio de Janeiro.....	36
Figura 16 - Cartaz de protesto das Jornadas de Junho no Rio de Janeiro.....	36
Figura 17 - Vista aérea da Vila dos Atletas em fase de construção.....	37
Figura 18 - Vista aérea da Vila dos Atletas após finalização das obras.....	38
Figura 19 - Vista da Vila dos Atletas após finalização das obras.....	39
Figura 20 - Vista do interior de um apartamento do projeto Oro Ilha Pura.....	40
Figura 21 - Tipologia de um tipo de apartamento do Oro Ilha Pura.....	41

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 MEGAEVENTOS E A CIDADE: UMA VISÃO CRÍTICA.....	8
2.1 A cidade como palco de megaeventos.....	8
2.2 Planejamento urbano versus espetáculo urbano.....	11
3 O CASO DO RIO DE JANEIRO: JOGOS OLÍMPICOS DE 2016.....	14
3.1 Panorama histórico e planejamento das Olimpíadas Rio 2016.....	14
3.2 Principais estruturas e investimentos urbanos.....	16
3.2.1 Parque Olímpico da Barra.....	16
3.2.2 Vila dos Atletas.....	18
3.2.3 Arenas temporárias.....	21
3.2.4 Obras de Mobilidade Urbana.....	25
3.2.5 Porto Maravilha.....	27
3.3 Expectativas de legado e planejamento urbano.....	28
4 DE VILAA ILHA.....	31
4.1 O BTG Pactual, a financeirização urbana e a aquisição da Vila dos Atletas.....	31
4.2 Do Planejamento Olímpico ao Empreendimento Imobiliário de Alto Padrão.....	33
4.3 Do “Legado Olímpico” ao Urbanismo Neoliberal: a Vila dos Atletas como Mercadoria Urbana e Instrumento de Acumulação Privada.....	41
5 CONCLUSÃO.....	44
6 REFERÊNCIAS.....	47

1 INTRODUÇÃO

Os megaeventos esportivos contemporâneos, como as Olimpíadas, têm se consolidado como catalisadores de profundas transformações urbanas nas cidades-sede. Para além da dimensão esportiva, essas competições se articulam a estratégias de marketing territorial, reposicionamento de imagem e grandes investimentos em infraestrutura. Contudo, o mesmo potencial que impulsiona transformações positivas pode também gerar legados controversos, marcados por obras subutilizadas e impactos socioespaciais duradouros.

O Rio de Janeiro, sede dos Jogos Olímpicos de 2016, tornou-se exemplo emblemático dessa dualidade. À época, o evento foi apresentado como uma oportunidade histórica para promover desenvolvimento urbano, modernizar a infraestrutura e integrar diferentes regiões da cidade. Entretanto, passados alguns anos, constata-se que parte significativa das instalações construídas enfrenta problemas de abandono ou subutilização, configurando o que se pode chamar de “vazios pós-olímpicos”. Esses espaços, planejados para atender a demandas temporárias, revelam desafios estruturais no planejamento urbano, na gestão de recursos e na definição de estratégias de legado.

O presente trabalho busca compreender esse fenômeno a partir de uma abordagem crítica, analisando o caso do Rio de Janeiro como estudo central. A pesquisa tem como principal objetivo investigar os impactos urbanos e arquitetônicos das estruturas construídas para os Jogos Olímpicos Rio 2016 que atualmente se encontram abandonadas ou subutilizadas, investigando as causas do problema para entender que fenômeno urbano foi esse que gerou a subutilização desses equipamentos e como eles afetam contemporaneamente o tecido da cidade. Além disso, também se busca a análise dos objetivos urbanos e arquitetônicos declarados para a cidade antes da realização dos Jogos, identifica quais estruturas se encontram atualmente abandonadas ou subutilizadas e avalia os impactos físicos, sociais e econômicos decorrentes dessa condição. Por fim, tem como objetivo analisar a Vila dos Atletas no contexto do legado olímpico do Rio 2016, destacando suas falhas de planejamento e o impacto da financeirização urbana. Ao explorar a trajetória da Vila, desde a sua construção até a transformação em um condomínio de luxo, busca-se compreender como as promessas de legado social foram ofuscadas por interesses imobiliários e como a falta de um planejamento pós-evento

resultou na subutilização e na marginalização das necessidades das comunidades mais vulneráveis. A análise crítica do caso da Vila dos Atletas contribui para a reflexão sobre os efeitos das grandes intervenções urbanas relacionadas a megaeventos e a necessidade de modelos mais inclusivos e sustentáveis para o futuro.

A metodologia adotada baseia-se em revisão bibliográfica e documental a partir da leitura de autores sobre megaeventos, cidade espetáculo, legado urbano, habitação e arquitetura efêmera; análise de documentos oficiais do Comitê Olímpico e da Prefeitura do Rio; estudo de caso do Rio 2016 com o mapeamento das instalações olímpicas construídas e estudo aprofundado na Vila dos Atletas, um dos principais exemplos dessa contradição entre os objetivos anunciados e a realidade do pós-evento.

O capítulo 2 explora como megaeventos, como as Olimpíadas, afetam as cidades, transformando-as em “palcos” urbanos. A cidade, então, passa a ser modelada para um espetáculo temporário, negligenciando as necessidades reais de seus habitantes, conforme analisado por autores como Harvey e Lefebvre.

No capítulo 3 é apresentado o contexto histórico e planejamento das Olimpíadas de 2016, abordando as principais estruturas construídas para o evento, como o Parque Olímpico e a Vila dos Atletas, e discute as expectativas de legado e os investimentos urbanos feitos na cidade.

Os capítulos 4 e 5 abordam a Vila dos Atletas e a forma como ela foi transformada após os Jogos Olímpicos de 2016, com foco no impacto da financeirização urbana e no processo de gentrificação que se seguiu. Elas discutem a transição da Vila dos Atletas, de um espaço olímpico para um empreendimento imobiliário de luxo, destacando o papel de grandes bancos de investimento, como o BTG Pactual, na apropriação desse território e a lógica neoliberal que se instalou.

2 Megaeventos e a Cidade: uma visão crítica

2.1 A cidade como palco de megaeventos

Segundo David Harvey (2005), nas últimas décadas, os megaeventos esportivos tornaram-se estratégias centrais de reposicionamento global para diversas cidades, especialmente em países emergentes. Em busca de visibilidade internacional, investimentos e marketing urbano, os governos locais

submetem suas cidades a projetos intensos de reestruturação territorial. Nessa lógica, a cidade deixa de ser apenas espaço de vida cotidiana para se tornar palco de grandes espetáculos globais, assumindo o papel de vitrine para o mundo. A imagem urbana é cuidadosamente produzida, remodelada e performada com o objetivo de atrair investimentos, turistas e visibilidade midiática, conforme analisado por (Harvey, 2005).

A configuração da cidade como palco de megaeventos não se restringe à dimensão simbólica do espetáculo. Ela envolve um processo complexo de reestruturação urbana, marcado por interesses econômicos, decisões políticas seletivas e narrativas de progresso que legitimam a exclusão.

Conforme estudo de Acrícia Colemborg (2016), a preparação para um megaevento exige mais do que estádios e arenas: envolve um processo amplo de reestruturação espacial, que inclui obras de mobilidade urbana, revitalização de zonas portuárias, instalação de equipamentos esportivos e reconfiguração de áreas públicas. A cidade é convertida em uma narrativa de progresso e modernização, onde o espetáculo temporário se sobrepõe à permanência das necessidades locais.

Nesse contexto, os gestores públicos costumam justificar os altos investimentos com a promessa de legados duradouros — infraestrutura de qualidade, desenvolvimento econômico e inclusão social (Colemborg, 2016). No entanto, a realidade frequentemente revela uma contradição entre o discurso e a prática. O uso da cidade como palco pode acentuar desigualdades urbanas, provocar deslocamentos forçados e priorizar áreas estratégicas para o capital turístico em detrimento dos territórios periféricos.

A cidade-palco é, portanto, marcada por uma lógica efêmera e seletiva. Os espaços são adaptados ao olhar do visitante internacional, enquanto comunidades inteiras são invisibilizadas ou removidas. Ao final do evento, o cenário construído com tamanha velocidade muitas vezes cede lugar ao abandono, à subutilização e à deterioração das instalações, expondo a fragilidade dos projetos pautados pelo imediatismo e pelo marketing urbano.

Assim, pensar a cidade como palco de megaeventos é refletir sobre como interesses políticos e econômicos moldam o espaço urbano, muitas vezes em desconexão com as demandas reais de seus habitantes. Trata-se de um

fenômeno que evidencia o conflito entre o urbano planejado para o espetáculo e o urbano vivido no cotidiano.

Essa lógica também é criticamente analisada por Harvey (2005), que interpreta os megaeventos como instrumentos da *acumulação por espoliação*. Recursos públicos são direcionados para grandes obras de infraestrutura, frequentemente geridas por consórcios privados e orientadas por lógicas de mercado. A cidade torna-se, assim, mercadoria, com o espaço urbano transformado em ativo financeiro, objeto de especulação e disputa.

Harvey (2005) oferece uma base teórica sólida para entender os megaeventos dentro da lógica do capitalismo urbano. Ele argumenta que o espaço urbano é produzido e reproduzido segundo os interesses do capital, funcionando como meio de absorção de excedente econômico. Os megaeventos, nesse sentido, são dispositivos ideais para reiniciar ciclos de acumulação: deslocam recursos públicos para obras privadas, criam ativos imobiliários, promovem valorização fundiária e especulação.

A cidade como palco é, então, expressão da acumulação por espoliação: o território é reconfigurado para servir aos interesses de grandes grupos econômicos, enquanto populações vulneráveis são deslocadas ou têm seus direitos urbanos negados. Com base no pensamento de Harvey (2005), pode-se enxergar os megaeventos como parte de uma engrenagem de financeirização e mercantilização do espaço urbano.

No mesmo sentido da crítica da mercantilização neoliberal do espaço, são relevantes os pensamentos de Henri Lefebvre, retomados por Christian Schmid (2008), que propõe que o espaço é um produto social que envolve três dimensões: o espaço concebido (planejado pelas elites e instituições), o espaço percebido (tal como é sensorialmente experimentado) e o espaço vivido (com suas práticas cotidianas e simbólicas).

Os megaeventos enfatizam a dimensão do *espaço concebido*, pois interessa prioritariamente, na cidade neoliberal, o controle da produção do espaço, a fim de conseguir ativar processos de racionalização que permitem a obtenção de lucro. Por isso, a ideia de controle sobre como deve ser o espaço, a *concepção antecipada de um espaço que deve gerar lucro*, ganha tanta ênfase. E por isso, as dimensões *existentes* do espaço percebido e, principalmente, a do espaço vivido são ignoradas ou reprimidas. O capital, mediante a concepção do

espaço voltada para o lucro, não se importa com as práticas cotidianas existentes e com a experiencição sensorial que já acontece: ele se volta apenas para a obtenção de lucro e usa o espaço como uma ferramenta de acumulação.

Essa dissociação entre planejamento e cotidiano revela uma das principais contradições do urbanismo de espetáculo: enquanto a cidade é encenada para o mundo, seus habitantes experimentam o deslocamento, a exclusão e a fragmentação.

Compreende-se, assim, que o espaço urbano não é neutro, mas manifestação das relações sociais, com todas as implicações políticas, econômicas e sociais que disso decorrem (Lefebvre, 1991). Ao se tornar palco de um espetáculo global, a cidade apenas faz parte de uma agenda estratégica de reprodução das relações de produção. O direito à cidade, nesse contexto, é restringido ao consumo da cidade, e não à sua produção. Nesse sentido existe somente para aqueles que se encaixam no roteiro do evento, enquanto os demais são empurrados para fora do teatro — ou seja, para as margens do território e da política.

A cidade como palco de megaeventos é, portanto, o produto de uma lógica que conjuga espetáculo, capital e controle. O caso do Rio de Janeiro evidencia como o espaço urbano pode ser instrumentalizado para atender interesses do capital em detrimento das necessidades locais. A análise crítica das referências aqui discutidas revela que o legado olímpico não se sustenta apenas em obras ou estruturas físicas, mas em processos duradouros de desigualdade, silenciamento e mercantilização da cidade.

2.2 Planejamento urbano versus espetáculo urbano

O processo de produção das cidades contemporâneas revela uma tensão crescente entre dois modelos de intervenção urbana: o planejamento urbano tradicional, fundamentado em princípios de justiça social, equidade territorial e sustentabilidade; e o espetáculo urbano, que opera sob a lógica do consumo, da imagem e da valorização mercantil do território, conforme os conceitos do direito à cidade (planejamento orientado para equidade e uso social) e de espaço mercantilizado (planejado para consumo e valorização de capital) de Lefebvre (1991). Essa dualidade se evidencia com intensidade em contextos de

megaeventos, como os Jogos Olímpicos e as Copas do Mundo, nos quais o espaço urbano é instrumentalizado como vitrine para o capital global, muitas vezes em detrimento das reais necessidades da população local.

O planejamento urbano constitui um campo multidisciplinar e estratégico que visa organizar o espaço urbano a partir de diagnósticos técnicos, participação social e decisões políticas que busquem a melhoria da qualidade de vida e a promoção do direito à cidade. Baseia-se em princípios constitucionais como a função social da cidade, o interesse público e a gestão democrática do território.

Segundo o Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001), o planejamento deve garantir a inclusão, a mobilidade, a moradia digna e o acesso equitativo aos serviços e equipamentos urbanos. Os planos diretores e demais instrumentos urbanísticos são instrumentos fundamentais nesse processo, visando reduzir as desigualdades socioespaciais e orientar o crescimento ordenado das cidades.

Porém, apesar desse intuito do Estatuto das Cidades de defender um planejamento urbano focado em justiça social, a produção da cidade neoliberal na contemporaneidade apresenta uma nota que destoa desse intuito: o conceito de espetáculo urbano refere-se à transformação das cidades em produtos de consumo simbólico e visual. Trata-se da utilização do espaço urbano como palco de grandes eventos, empreendimentos imobiliários e intervenções estéticas voltadas à captação de investimentos e à promoção de uma imagem positiva no mercado global.

Segundo Harvey (2005), o fenômeno se insere no contexto da acumulação por espoliação, no qual os ativos urbanos — como terras públicas, imóveis e infraestrutura — são apropriados pelo capital privado, muitas vezes com apoio estatal, para geração de lucro a curto prazo. O resultado é a exclusão de populações vulneráveis, o aumento da especulação imobiliária e a consolidação de uma cidade fragmentada, segregada e desigual.

Gilmar Mascarenhas (2016) analisa o Rio 2016 e mostra como essa lógica de espetáculo é frequentemente legitimada por discursos de modernização, progresso e legado, que mascaram seus efeitos colaterais, como as remoções forçadas, a gentrificação e o aumento da desigualdade socioespacial. Colemanberg (2016) argumenta que governos e comitês organizadores usam a

promessa de infraestrutura moderna, desenvolvimento econômico e inclusão para justificar gastos e intervenções que favorecem setores específicos.

No contexto dos megaeventos esportivos, como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro, o espetáculo urbano atinge sua máxima expressão. As cidades-sede passam a ser planejadas não para seus habitantes, mas para turistas, investidores e meios de comunicação, transformando o espaço urbano em um palco global.

Mascarenhas (2016), ao analisar o projeto da “Cidade Olímpica” no Rio, argumenta que a produção urbana nesses contextos segue uma lógica globalitária, em que os interesses locais são subordinados a um modelo hegemônico de desenvolvimento, alinhado ao capital transnacional. Para o autor, trata-se de uma “cidade em movimento”, mas que se move segundo os fluxos do capital e da visibilidade internacional, e não segundo as carências da população. Gabriela Lema Icasuriaga (2017) acrescenta que, além das transformações físicas, os megaeventos promovem um regime de controle e silenciamento de territórios, através de políticas de segurança e higienização social. Moradores de favelas e periferias são removidos, marginalizados ou invisibilizados em nome de uma cidade mais “ordenada” para o espetáculo midiático.

A contradição entre planejamento urbano e espetáculo urbano revela uma dialética do espaço. De um lado, ao menos na narrativa oficial, a cidade é planejada para todos; de outro, é produzida para poucos. Lefebvre (1991), em sua teoria da produção do espaço, já alertava que o espaço não é neutro: ele é socialmente construído, politicamente disputado e sua reprodução sob o modo de produção capitalista é uma estratégia de revitalização dos interesses de forças dominantes

Quando o planejamento é capturado por essa lógica espetacular, ele deixa de ser um instrumento de justiça social e passa a ser um mecanismo de legitimação de projetos excludentes. Portanto, conforme analisado por Mascarenhas (2016) o caso do Rio de Janeiro é exemplar: planos diretores, discursos de legado e parcerias público-privadas foram utilizados como instrumentos para consolidar um modelo de cidade voltado ao capital imobiliário, ao turismo e ao consumo de imagens, enquanto comunidades inteiras foram removidas ou negligenciadas.

A cidade contemporânea é palco de disputas simbólicas, econômicas e políticas que se materializam no espaço urbano (Lefebvre, 1991). O embate entre planejamento urbano democrático e o espetáculo urbano neoliberal exige uma reflexão crítica sobre o papel do Estado, das corporações e da sociedade civil na construção das cidades.

Se a intenção democrática é garantir o direito à cidade, o espetáculo urbano busca garantir o lucro e o acúmulo de capital. A superação dessa contradição depende do planejamento participativo, da valorização das demandas populares e da resistência às formas mercantilizadas de apropriação do espaço.

Revelar essas tensões é um passo necessário para que possamos repensar o futuro das cidades não como vitrines, mas como territórios de vida, convivência e justiça.

3 O caso do Rio de Janeiro: Jogos Olímpicos de 2016

3.1 Panorama histórico e planejamento das Olimpíadas Rio 2016

A trajetória até os Jogos Olímpicos de 2016 começa antes da candidatura oficial, quando o Brasil e, em especial, o Rio de Janeiro viviam um momento de otimismo econômico e projeção internacional. De acordo com relatórios do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), no início dos anos 2000, o país apresentava crescimento do PIB, expansão do consumo interno, estabilidade monetária relativa e intensa participação em fóruns multilaterais, além de reforço do papel diplomático no cenário global. Esse clima de confiança foi um elemento central para sustentar a candidatura carioca.

O Rio de Janeiro, embora ainda enfrentasse problemas estruturais de desigualdade, violência e infraestrutura deficiente, vinha de um histórico recente de sediar eventos internacionais — Pan-Americano de 2007, Conferência Rio+20 (2012), Copa do Mundo de 2014 — e buscava consolidar-se como “cidade global” por meio do que Gilmar Mascarenhas (2016) chama de produção da cidade olímpica: um processo de reconfiguração urbana guiado por um grande evento, capaz de induzir investimentos e reposicionar a imagem da cidade no circuito internacional.

A candidatura foi lançada oficialmente em 2007 e reforçada com o apoio explícito dos governos federal, estadual e municipal. A escolha pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) ocorreu em 2 de outubro de 2009, em Copenhague, após derrotar Madri, Tóquio e Chicago.

Segundo o Dossiê de Candidatura (2009) foram propostas:

- **Renovação urbana:** especialmente nas regiões da Barra da Tijuca, Deodoro e Zona Portuária;
- **Mobilidade integrada:** expansão do metrô e construção de corredores BRT;
- **Inclusão social:** requalificação de espaços para uso comunitário pós-evento; e
- **Projeção internacional:** consolidar o Brasil como líder regional e ator global.

Esse discurso se enquadra no que David Harvey (2005) define como produção capitalista do espaço: a organização física e funcional da cidade subordinada às lógicas de valorização imobiliária e captação de investimentos privados. Henri Lefebvre (*apud* Schmid, 2008) complementa com a noção de que o espaço é socialmente produzido e carrega relações de poder — no caso do Rio, a cidade foi redesenhada para o espetáculo, mas também para atender interesses seletivos de mercado e geopolítica urbana

Segundo documento da prefeitura do Rio de Janeiro, o planejamento foi dividido em dois eixos:

1. **Matriz de Responsabilidades** — focada nas instalações esportivas; e
2. **Plano de Políticas Públicas** — abrangendo mobilidade, segurança, meio ambiente e urbanismo.

Esse modelo, que Mascarenhas (2016) relaciona à lógica globalitária, refletia padrões já observados em outros megaeventos: centralização decisória, prazos curtos, parcerias público-privadas e forte presença de atores privados na concepção e operação das obras.

O anúncio da vitória olímpica ocorreu em um momento estratégico: às vésperas da Copa do Mundo de 2014 e no auge da política de “diplomacia do prestígio” brasileira. As Olimpíadas foram apresentadas como coroamento de um ciclo de megaeventos, sintetizando o que Mascarenhas (2016) denomina

cidade em movimento — um território transformado aceleradamente, mas também condicionado às demandas e aos cronogramas impostos por atores externos, como o COI e patrocinadores internacionais.

3.2 Principais estruturas e investimentos urbanos

A preparação para os Jogos Olímpicos Rio 2016 exigiu um conjunto de obras que ultrapassou o campo esportivo, configurando um amplo projeto de reestruturação urbana. Essas intervenções foram apresentadas como parte de um “legado” destinado a modernizar a cidade, melhorar a mobilidade e impulsionar o desenvolvimento econômico. No entanto, conforme apontam Gilmar Mascarenhas (2016) e David Harvey (2005), esses investimentos também refletiram a lógica de valorização imobiliária e de produção capitalista do espaço, frequentemente priorizando interesses do mercado e do espetáculo sobre necessidades sociais.

As principais estruturas olímpicas criadas no Rio de Janeiro foram: o Parque Olímpico da Barra; a Vila dos Atletas; as Arenas Temporárias; as Obras de Mobilidade Urbana; e a Operação Urbana Consorciada do Porto Maravilha; porque reuniam tanto os elementos centrais do evento quanto os legados estruturais planejados para a cidade. Cada uma delas cumpria um papel estratégico, não apenas para a realização das competições, mas também para a transformação urbana e social do Rio de Janeiro.

3.2.1 Parque Olímpico da Barra

Localizado na Barra da Tijuca, tornou-se o epicentro dos Jogos, reunindo nove instalações esportivas, entre elas:

- Arena Carioca 1 – destinada às competições de basquete.
- Arena Carioca 2 – utilizada para judô e luta olímpica.
- Arena Carioca 3 – recebeu esgrima e taekwondo.
- Centro Olímpico de Tênis – para as competições de tênis e tênis em cadeira de rodas.
- Estádio Aquático Olímpico – para natação e polo aquático.
- Centro Olímpico de Esportes Aquáticos Maria Lenk – para saltos ornamentais, nado sincronizado e natação.

- Velódromo Olímpico do Rio – para ciclismo de pista.
- Arena do Futuro – destinada ao handebol e, posteriormente, desmontada para virar escolas.
- Centro Internacional de Transmissão (IBC Internacional Broadcast Centre) e o Centro Principal de Imprensa (MPC Main Press Center) – embora voltados à mídia, integravam o conjunto do Parque e eram tratados como parte da infraestrutura funcional dos Jogos.

Figura 01 - Vista aérea do Parque Olímpico.



FONTE: VEJA. Ministro do TCU visita Parque Olímpico: ‘Aspecto de abandono.

Disponível em: <https://veja.abril.com.br/esporte/ministro-do-tcu-visita-parque-olimpico-aspecto-de-abandono/>

O complexo foi erguido sobre a área do antigo Autódromo Nelson Piquet, demolido para dar lugar às obras. Essa intervenção está diretamente ligada ao conceito de cidade em movimento de Mascarenhas (2016): rápida transformação de grandes áreas urbanas, induzida por prazos e exigências internacionais, com forte associação ao mercado imobiliário local.

Segundo documento da matriz de responsabilidades da Autoridade Pública Olímpica (APO), o custo estimado do Parque Olímpico chegou a R\$ 5,5 bilhões, sendo parte financiada por Parceria Público-Privada (PPP), onde construtoras recebiam, em contrapartida, direitos de exploração comercial da área após os Jogos — um exemplo do que Harvey (2005) descreve como acumulação por desapropriação.

Embora tenha sido anunciado como um polo de lazer e prática esportiva pós-evento, muitas das instalações construídas para os Jogos Olímpicos Rio 2016 permaneceram ociosas, fechadas ou com uso bastante limitado anos após o término das competições, como observado em uma reportagem do *GE* que visitou diversas estruturas e comprovou a subutilização de espaços que deveriam integrar o legado esportivo e comunitário da cidade (KAULINO; GOZZER, 2024). Esse fenômeno se conecta à “crise do modelo globalitário” de Mascarenhas (2016), pois o modelo de planejamento adotado pelos organizadores dos Jogos Olímpicos se concentrou em resultados imediatos para o espetáculo do evento, sem considerar adequadamente a sustentabilidade e o uso posterior dessas estruturas. Esse modelo, orientado por uma lógica global de mercado, ignorou o planejamento urbano necessário para garantir que os espaços construídos não fossem apenas uma vitrine temporária, mas sim partes funcionais e integradas ao tecido urbano da cidade no longo prazo.

3.2.2. Vila dos Atletas

A Vila dos Atletas foi um dos empreendimentos mais emblemáticos dos Jogos Olímpicos Rio 2016, tanto pela magnitude do investimento quanto pelo papel central que desempenhou na logística do evento. Localizada na Barra da Tijuca, Zona Oeste da cidade, a Vila foi concebida para abrigar aproximadamente 18 mil pessoas, entre atletas, técnicos e membros das delegações olímpicas e paralímpicas, configurando-se como o maior complexo residencial temporário já construído na América Latina.

O conjunto era formado por 31 torres residenciais de 17 a 18 pavimentos, totalizando 3.604 apartamentos. As unidades variavam de 77 m² a 220 m², distribuídas em tipologias de três ou quatro dormitórios, com sala, cozinha, banheiros, varanda e, em alguns casos, acabamentos adaptados para acessibilidade. Durante os Jogos, os apartamentos receberam adaptações

temporárias para atender a demandas específicas das delegações, mantendo um padrão de conforto elevado, já que a concepção do projeto previa a posterior comercialização no mercado imobiliário de alto padrão.

A infraestrutura do complexo incluía um refeitório principal capaz de servir até 60 mil refeições diárias, áreas de lazer com piscinas, academia, salão de jogos e ciclovias, além de um centro médico completo, com atendimento em especialidades como fisioterapia, ortopedia e odontologia. Serviços de apoio como lavanderia, correios, segurança reforçada e transporte interno com veículos elétricos complementavam a estrutura.

Após o encerramento dos Jogos, a Vila dos Atletas passou por um processo de readequação para se transformar no condomínio residencial Ilha Pura, voltado ao segmento de luxo. No entanto, a venda das unidades não ocorreu conforme as expectativas, resultando em um elevado número de apartamentos vazios e uma ocupação aquém do previsto.

Esse processo é um exemplo concreto do que Lefebvre (1991) fala sobre a produção social do espaço: o território é apropriado e redefinido para atender a determinados grupos sociais, reforçando dinâmicas de exclusão.

Figura 02: Vista aérea da Vila dos atletas.



FONTE: Diário do Rio. Vila Olímpica do Rio 2016, o bairro Ilha Pura. Disponível em:

<https://diariodorio.com/vila-olimpica-do-rio-2016-o-bairro-ilha-pura/>

Figura 03: Planta baixa de um tipo de apartamento da Vila dos atletas.



FONTE: Estadão. Rio 2016 o legado olímpico. Disponível em:

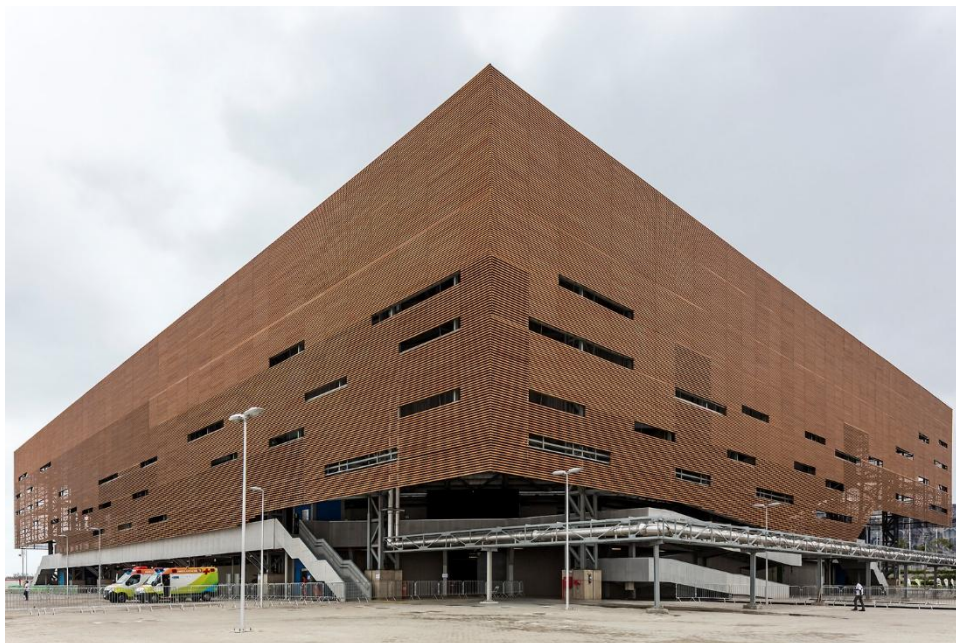
<https://infograficos.estadao.com.br/esportes/rio-2016-legado-olimpico/>

3.2.3 Arenas temporárias

Foram estruturas desmontáveis, projetadas para atender exclusivamente às demandas do evento e posteriormente reaproveitadas ou desfeitas:

- Arena do Futuro (handebol) —foi projetada especificamente para o torneio de handebol durante os Jogos Olímpicos Rio 2016. Localizada na região da Barra da Tijuca, a arena tinha capacidade para 12.000 espectadores e foi construída com um design modular, permitindo sua rápida construção e desmontagem. Após os Jogos, a estrutura foi desmontada e transformada em escolas municipais, um exemplo positivo de reaproveitamento das instalações. A transformação da Arena do Futuro para espaços educacionais reflete uma tentativa de fazer com que o legado dos Jogos beneficie a comunidade local de forma sustentável e socialmente útil, ao invés de se tornar um “elefante branco”. Esse reuso da estrutura teve como objetivo aproveitar o investimento público na construção de espaços de lazer e cultura, em uma das regiões mais periféricas da cidade, atendendo diretamente à população local.

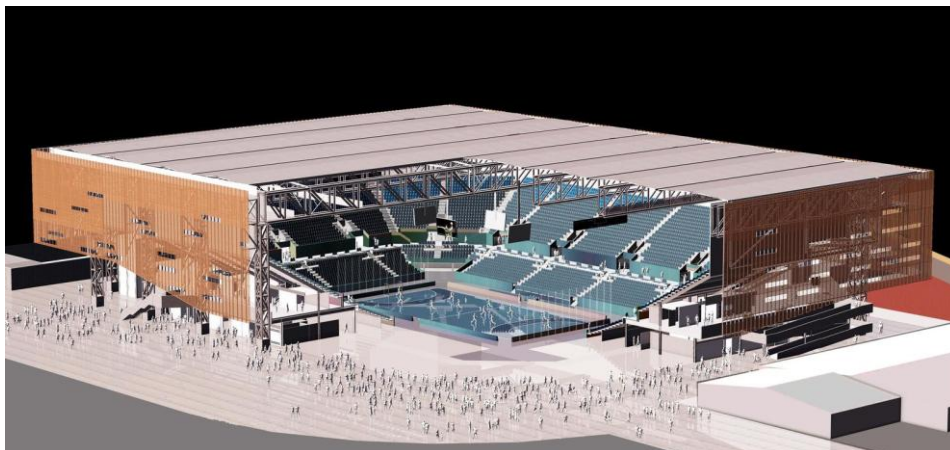
Figura 04 - Vista da Arena do Futuro.



FONTE: Archdaily. Olimpíadas Rio 2016: Arena de Handebol e Golbol / Lopes Santos e Ferreira Gomes Arquitetos + OA | Oficina de Arquitetos. Disponível em:

<https://www.archdaily.com.br/br/786683/arena-olimpica-de-handebol-e-golbol-oa-oficina-de-arquitetos>

Figura 05 - Vista do projeto da Arena do Futuro.



FONTE: Archdaily. Olimpíadas Rio 2016: Arena de Handebol e Golbol / Lopes Santos e Ferreira Gomes Arquitetos + OA | Oficina de Arquitetos. Disponível em:

<https://www.archdaily.com.br/br/786683/arena-olimpica-de-handebol-e-golbol-oa-oficina-de-arquitetos>.

- Centro Internacional de Transmissão (IBC) — foi uma das maiores e mais importantes estruturas construídas para atender à mídia durante os Jogos Olímpicos de 2016. Situado no Parque Olímpico da Barra, o IBC serviu como o centro de operações para transmissão ao vivo e cobertura jornalística dos eventos. A estrutura ocupava 36.000 metros quadrados e abrigava milhares de jornalistas e operadores de mídia de diferentes países. Embora tenha sido projetado como uma estrutura temporária, foi equipado com a mais alta tecnologia de telecomunicações e transmissão. Após os Jogos, a estrutura foi desmontada, deixando um vazio no Parque Olímpico. Essa desativação exemplifica a natureza efêmera de muitas construções olímpicas, que atendem a necessidades imediatas do evento, mas carecem de um planejamento sustentável para o uso a longo prazo.

Figura 06 - Vista do IBC.

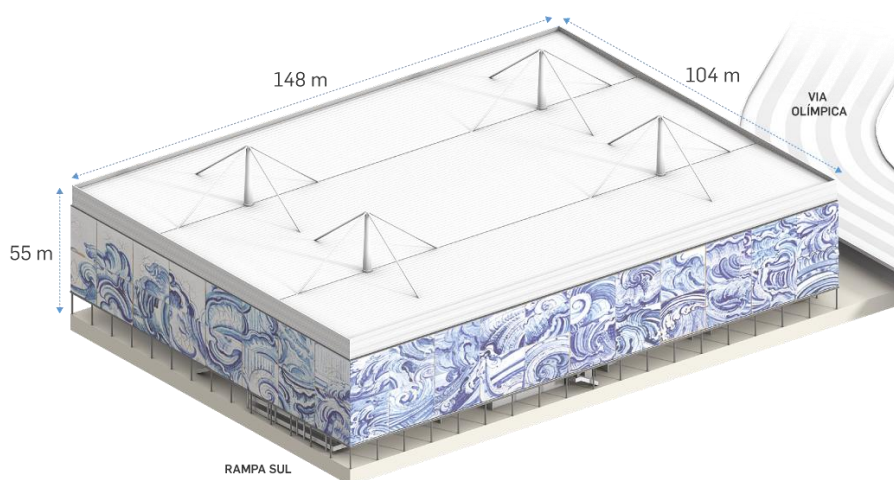


FONTE: Surto Olímpico. Centro Internacional de Transmissão é entregue ao Comitê Organizador do Rio 2016. Disponível em:

<https://www.surtoolimpico.com.br/2015/11/centro-internacional-de-transmissao-e.html>

- Estádio Aquático Olímpico – foi construído para sediar as competições de natação e polo aquático durante os Jogos Olímpicos de 2016. Localizado no Parque Aquático do Rio, o estádio tinha capacidade para 15.000 espectadores e foi projetado com módulos pré-fabricados e arquibancadas temporárias, o que permitiu reduzir os custos e o tempo de construção. A estrutura foi desmontada após os Jogos, com as arquibancadas removidas e os espaços reutilizados em outros eventos. Contudo, o centro aquático ainda permanece em uso para eventos esportivos e treinamentos. O estádio foi considerado um exemplo de como as instalações temporárias podem ser projetadas para reduzir o impacto financeiro a longo prazo, mas, ao mesmo tempo, levanta a questão sobre o legado e a utilidade desses espaços após o término do evento. Mesmo que o centro aquático tenha sido mantido para outros usos, a desmontagem do restante da estrutura reforça a transitoriedade das instalações feitas para eventos desse porte.

Figura 07 - Projeto do Estádio Aquático Olímpico.



FONTE: Estadão. Rio 2016 o legado olímpico. Disponível em:

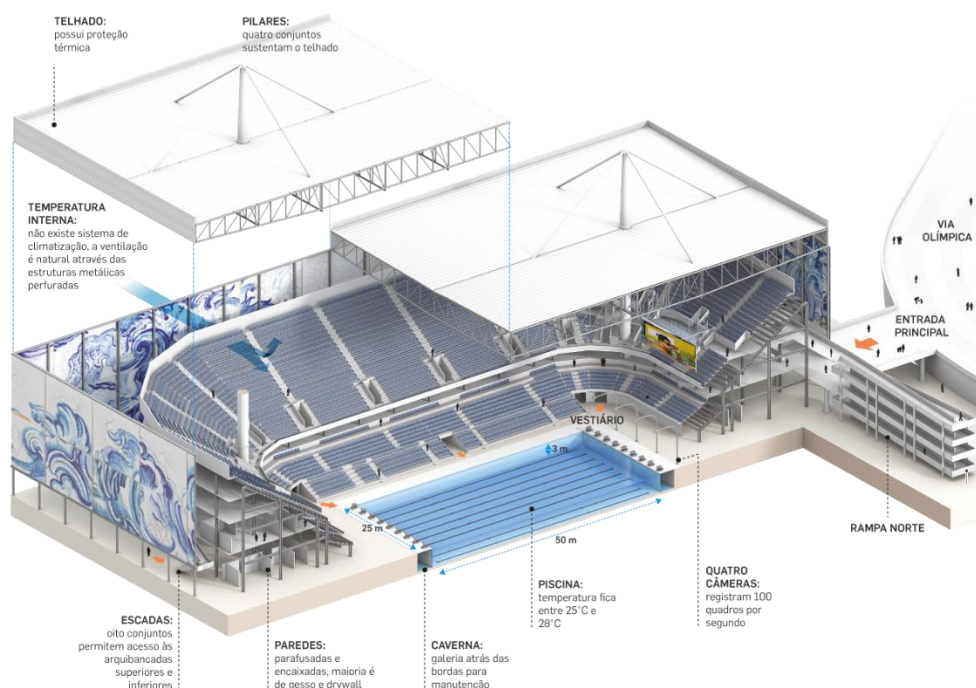
<https://infograficos.estadao.com.br/esportes/rio-2016-legado-olimpico/estadio-aquatico.php>

Figura 08 – Vista interna do Estádio Aquático Olímpico.



FONTE: Globo Esporte. Estádio Olímpico Aquático recebe os últimos ajustes antes do Maria Lenk. Disponível em: <https://ge.globo.com/olimpiadas/noticia/2016/04/estadio-olimpico-aquatico-recebe-os-ultimos-ajustes-antes-do-maria-lenk.html>

Figura 09 - Perspectiva explodida do projeto do Estádio Aquático Olímpico.



FONTE: Estádio. Rio 2016 o legado olímpico. Disponível em:

<https://infograficos.estadao.com.br/esportes/rio-2016-legado-olimpico/>

Segundo o Dossiê de Candidatura (2009), a diferenciação entre estruturas permanentes e temporárias foi usada como argumento no planejamento para justificar custos: as arenas permanentes seriam “legado” e as temporárias evitariam estruturas caras e ociosas no futuro. Na prática, porém, algumas permanentes ficaram subutilizadas e algumas temporárias tiveram reuso aquém do prometido — reforçando o que Harvey (2005) e Mascarenhas (2016) apontam sobre a distância entre o discurso do legado e a realidade de apropriação e gestão dos espaços.

3.2.4 Obras de Mobilidade Urbana

Outros pontos que foram essenciais para a realização dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro foram os investimentos urbanos, que criaram obras que tiveram impacto na malha urbana da cidade. Dentre os principais investimentos que ocorreram, estão:

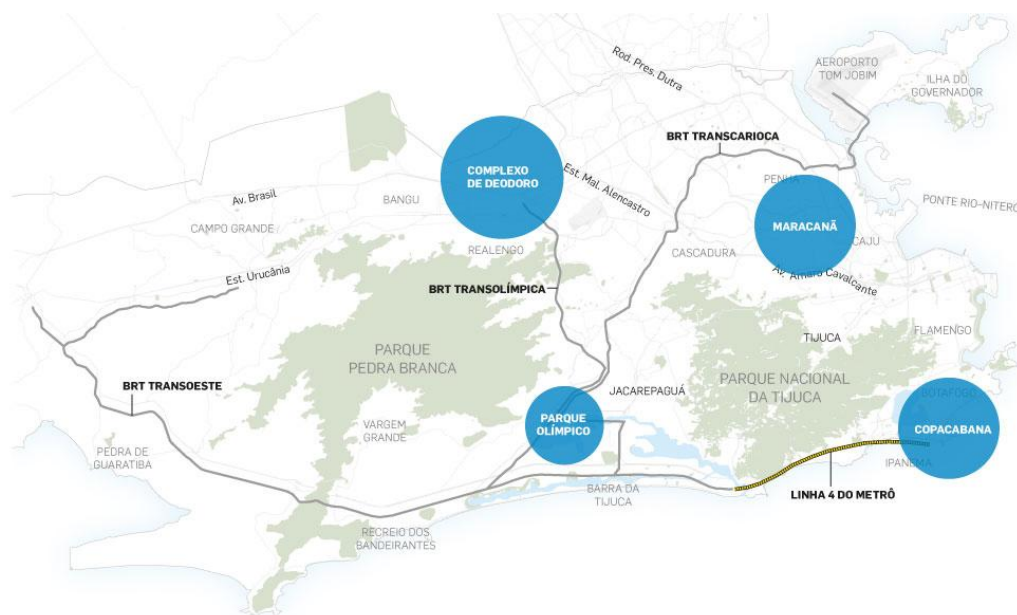
- **Linha 4 do Metrô** — conectando Ipanema à Barra da Tijuca.
- **Corredores BRT** — Transoeste, Transcarioca e Transolímpica, somando cerca de 150 km de vias exclusivas.
- **VLT Carioca** — implantado na região central como parte do projeto Porto Maravilha.

Como analisado por Fernando Luiz de Oliveira (2020), apesar dos investimentos em infraestrutura urbana — como a ampliação de sistemas de transporte — terem transformado significativamente a malha urbana, tais intervenções foram alvo de críticas por favorecerem conexões ligadas a zonas de alto valor imobiliário e ao turismo, deixando lacunas de mobilidade e acesso para populações em áreas de maior vulnerabilidade social.

A ampliação da Linha 4 do Metrô, que conecta a Zona Sul (áreas com maior poder aquisitivo, como Ipanema e Leblon) à Barra da Tijuca, foi um dos principais projetos de mobilidade durante os Jogos Olímpicos. Embora tenha melhorado a acessibilidade e a conectividade entre áreas de alto valor imobiliário, a linha não atendia suficientemente as áreas mais periféricas da cidade, como a Zona Norte ou a Zona Oeste mais afastada. Isso criou uma disparidade no acesso ao transporte de qualidade, já que as áreas de maior vulnerabilidade social não foram adequadamente atendidas, reforçando lacunas de mobilidade.

Os corredores BRT foram projetados para melhorar a mobilidade entre os bairros da Zona Oeste e outras áreas do Rio. No entanto, o Transoeste e o Transcarioca foram principalmente direcionados para atender áreas de alto valor imobiliário, como Barra da Tijuca, sem um planejamento adequado para melhorar a conectividade com as áreas mais carentes da cidade. Enquanto isso, os corredores de Transolímpica tinham foco no transporte para áreas turísticas e olímpicas, com pouco impacto positivo para as comunidades mais pobres, agravando a falta de acesso e a segregação social.

Figura 10 - Mapa das principais obras de mobilidade urbana no Rio de Janeiro.



FONTE: Estadão. Olimpíadas 2016 mudam a cara do Rio. Disponível em:

<https://infograficos.estadao.com.br/esportes/olimpiadas-2016-obras/#obras>

3.2.5 Porto Maravilha

A Operação Porto Maravilha foi uma Operação Urbana Consorciada (instrumento previsto no Estatuto da Cidade que permite ao poder público, em parceria com a iniciativa privada, promover intervenções planejadas em uma área específica da cidade para melhorar infraestrutura, promover requalificação urbana e estimular o desenvolvimento.) para requalificar a Zona Portuária. Ela consistia na demolição do Elevado da Perimetral, construção do Museu do Amanhã e do Museu de Arte do Rio, ampliação de áreas públicas, VLT, ciclovias e calçadas.

Segundo estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a obra teve custo estimado em R\$ 8,2 bilhões, financiado por Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPACs). Trata-se de um caso emblemático da articulação entre investimento público e valorização privada, pois seguiram um modelo de parceria público-privada articulada com mecanismos de valorização imobiliária, no qual o investimento inicial do poder público cria condições para que áreas específicas da cidade se tornem mais atraentes e, portanto, mais lucrativas para empreendimentos privados.

Esse é outro exemplo de acumulação por desapropriação de que fala Harvey (2005): o Estado investe recursos coletivos (infraestrutura, reurbanização) e, ao fazer isso, eleva o valor do solo urbano, beneficiando sobretudo investidores e incorporadoras que detêm terrenos ou projetos naquela área.

Figura 11 - Inserção digital mostra como ficará a avenida Rodrigues Alves.



FONTE: Revista Projeto. Requalificação Urbana: Porto Maravilha, Rio de Janeiro.

Disponível em: <https://revistaprojeto.com.br/noticias/requalificacao-urbana-1/>

3.3 Expectativas de legado e planejamento urbano

Desde a candidatura, o discurso do legado olímpico ocupou papel central na justificativa política e econômica dos Jogos Rio 2016. Esse conceito foi amplamente utilizado como ferramenta retórica para convencer a opinião pública e organismos internacionais de que os investimentos vultosos se converteriam em benefícios duradouros para a cidade e sua população.

Segundo Mascarenhas (2016), no contexto da cidade olímpica, o “legado” foi apresentado como promessa de transformação estrutural: melhorar a mobilidade, democratizar o acesso ao esporte, revitalizar áreas degradadas e promover inclusão social. Porém, essa promessa se insere no que ele chama de lógica globalitária — um modelo de intervenção urbana que privilegia rapidez, visibilidade e alinhamento a padrões globais, mas que frequentemente negligencia a sustentabilidade social no longo prazo.

O legado olímpico do Rio 2016, embora tenha gerado melhorias pontuais (como alguns equipamentos esportivos reaproveitados – como Estádio Aquático Olímpico e a Arena do Futuro- e parte da infraestrutura de transporte), não se materializou de forma abrangente e equitativa. No plano simbólico, o legado serviu como narrativa de legitimação, mas, no plano material, consolidou-se como legado seletivo, beneficiando sobretudo setores econômicos e territórios já privilegiados.

A promessa de reuso para as arenas e instalações esportivas baseava-se em converter estruturas permanentes em centros de treinamento, ginásios comunitários e escolas; desmontar instalações temporárias para reaproveitamento em outras áreas da cidade como, por exemplo, a Arena do Futuro, que foi desmontada para dar origem a escolas municipais. Porém, muitas arenas permanentes, como o Velódromo e o Centro Olímpico de Tênis, ficaram subutilizadas por falta de gestão e recursos, contrariando a narrativa inicial, conforme mostra o estudo de Mascarenhas (2016).

Figura 12 – Mapa das principais estruturas dos Jogos Olímpicos no Rio 2016.



FONTE: Documentos Data Rio 2016. Disponível em:

<https://www.data.rio/documents/1033f2de3c1a4b6fb24c80807f1f3fb4/about>

Outra promessa feita foi ampliar a prática esportiva para jovens e comunidades de baixa renda, aproveitando as instalações olímpicas e programas educacionais, porém a localização das principais estruturas em áreas valorizadas e distantes de bairros populares limitou o acesso.

Além disso, o legado olímpico também consistia na revitalização de zonas como a Área Portuária (Projeto Porto Maravilha) e partes da Zona Oeste, integrando-as à cidade formal. Entretanto, o Porto Maravilha tornou-se mais um vetor de especulação imobiliária do que um espaço efetivamente democratizado (Mascarenhas, 2016), conforme a crítica de Harvey (2005) sobre produção capitalista do espaço.

Pesquisas sobre os legados de transporte dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, e destacam que, embora intervenções como Linha 4 do Metrô, BRT e VLT tenham ampliado a infraestrutura urbana, elas foram criticadas por seguir padrões que privilegiaram a conectividade entre áreas de alto valor imobiliário e turísticas, deixando lacunas nas regiões mais periféricas da cidade, conforme abordado por Rafael Pereira (2018).

Oliveira (2016) argumenta que a noção de legado em megaeventos é frequentemente um “instrumento de marketing urbano”, mais voltado a obter legitimidade para grandes obras do que a garantir benefícios concretos e duradouros. No caso do Rio, o legado foi essencial para a aprovação social e política do projeto.

As expectativas de legado do Rio 2016, embora formuladas como um projeto de transformação social e urbana, revelam-se, à luz da análise crítica e dos referenciais teóricos, mais como uma narrativa legitimadora do que como uma política efetivamente estruturada para o benefício coletivo. A retórica da modernização, da inclusão e da requalificação urbana operou como instrumento político e de marketing territorial, garantindo a aprovação de investimentos bilionários e a reconfiguração seletiva do espaço urbano. Contudo, a ausência de mecanismos robustos de gestão pós-evento, de financiamento sustentável e de participação popular na definição dos usos resultou em um legado fragmentado, desigual e, em muitos casos, simbólico. A experiência carioca confirma o que Harvey (2005) aponta sobre a subordinação do espaço à lógica da acumulação capitalista e o que Lefebvre (1991) descreve como a apropriação socialmente desigual do território: as áreas e grupos beneficiados coincidem com

os interesses do capital e do consumo de imagens, enquanto populações vulneráveis foram deslocadas, controladas ou invisibilizadas. Assim, o “legado” do Rio 2016, longe de ser um patrimônio comum, consolidou-se como mais um capítulo da produção excludente do espaço urbano, e um exemplo marcante desse processo é a Vila dos Atletas.

4 De Vila a Ilha

4.1 O BTG Pactual, a financeirização urbana e a aquisição da Vila dos Atletas

O BTG Pactual é um banco de investimentos brasileiro fundado em 1983, que consolidou-se, ao longo das últimas décadas, como um dos principais agentes financeiros da América Latina, com atuação estratégica na intermediação de capitais, gestão de ativos e investimentos estruturados. Diferentemente de bancos comerciais tradicionais, o BTG Pactual opera prioritariamente como um banco de investimentos, orientado à identificação de ativos com potencial de valorização, reestruturação financeira e geração de retornos de médio e longo prazo. No setor imobiliário, essa atuação ocorre sobretudo por meio de fundos de investimento imobiliário (FIIs), special situations e veículos de crédito estruturado, inserindo o banco no debate contemporâneo sobre a financeirização do espaço urbano. (BTG Pactual, 2023).

Além do Brasil, o BTG Pactual conta com escritórios nos principais centros financeiros da América Latina, incluindo Chile, Colômbia, México, Argentina e Peru. Também estão presentes nos Estados Unidos e importantes mercados europeus (Reino Unido, Portugal, Espanha e Luxemburgo), reforçando a atuação como um hub estratégico de negócios. (BTG Pactual, 2023).

No contexto dos Jogos Olímpicos Rio 2016, a Vila dos Atletas constitui um exemplo emblemático da sua lógica de atuação. Desde sua concepção, o empreendimento foi planejado como um projeto de iniciativa privada, destinado a cumprir uma função temporária durante o evento esportivo e, posteriormente, ser convertido em um condomínio residencial de alto padrão. Desenvolvido pelas empresas Carvalho Hosken Engenharia e Odebrecht Realizações Imobiliárias, o

projeto localiza-se na Barra da Tijuca, área que concentra parte significativa dos investimentos urbanos associados aos Jogos e que já apresentava, antes do evento, forte dinâmica de valorização imobiliária (Rio de Janeiro, 2011).

A entrada do BTG Pactual no empreendimento ocorre em um momento posterior aos Jogos Olímpicos, a partir de 2019, quando o banco assume o controle dos ativos remanescentes da Vila dos Atletas, já rebatizada como Ilha Pura. Esse movimento insere-se em um contexto de crise financeira e institucional da Odebrecht, agravada pelos desdobramentos da Operação Lava Jato, que levou a empresa a alienar diversos ativos imobiliários. O BTG Pactual, por meio de fundos imobiliários, passa então a atuar como gestor e reestruturador do empreendimento, buscando reorganizar o passivo financeiro, redefinir estratégias de comercialização e reposicionar o ativo no mercado imobiliário carioca (FGV, 2024).

É fundamental destacar que o BTG Pactual não participou da formulação inicial do projeto nem de sua execução construtiva. Sua atuação concentra-se na fase pós-evento, quando o ativo já se encontrava inserido em um cenário de superoferta imobiliária, retração econômica e dificuldades de absorção pelo mercado. A aquisição da Vila dos Atletas, portanto, pode ser compreendida como uma estratégia típica de investimento em ativos depreciados, nos quais a expectativa de retorno está associada à retomada do ciclo econômico e à manutenção da atratividade da Barra da Tijuca como polo de consumo imobiliário de alto padrão.

Sob a perspectiva de Harvey (2005), tal dinâmica pode ser interpretada como uma forma contemporânea de acumulação por espoliação, na qual investimentos públicos em infraestrutura, mobilidade e ordenamento urbano criam as condições materiais para a apropriação privada da valorização do solo urbano. Ainda que a Vila dos Atletas não tenha implicado remoções diretas no terreno de sua implantação, os investimentos públicos realizados no entorno — notadamente na Barra da Tijuca — funcionaram como catalisadores da valorização imobiliária, beneficiando agentes privados e reforçando padrões históricos de desigualdade socioespacial na cidade do Rio de Janeiro.

Nesse sentido, a aquisição da Vila dos Atletas pelo BTG Pactual simboliza uma etapa avançada do processo de financeirização do espaço urbano, no qual o território deixa de ser compreendido apenas como suporte da vida social e passa a ser tratado como ativo financeiro. A presença de um banco de 32 investimentos como gestor de um dos principais legados físicos dos Jogos Olímpicos evidencia que o impacto do megaevento ultrapassa a dimensão esportiva ou turística, inscrevendo-se nas dinâmicas estruturais do mercado imobiliário e do sistema financeiro. Tal processo suscita debates relevantes sobre o papel do Estado na indução da valorização privada, os limites do planejamento urbano orientado por megaeventos e os desafios para a construção de políticas urbanas mais equitativas e socialmente redistributivas.

4.2 Do Planejamento Olímpico ao Empreendimento Imobiliário de Alto Padrão

A concepção da Vila dos Atletas, no Rio de Janeiro, teve início após a escolha da cidade como sede dos Jogos Olímpicos de 2016. Conforme aponta o relatório da Fundação Getúlio Vargas (2024) sobre o legado dos Jogos Olímpicos de 2016, entre os anos de 2009 e 2011, foi definido que o empreendimento seria construído como um projeto de iniciativa privada, com a finalidade de abrigar temporariamente os atletas durante o evento e, posteriormente, ser convertido em um condomínio residencial de alto padrão. O consórcio responsável pela execução ficou a cargo das construtoras Carvalho Hosken e Odebrecht, em um terreno localizado na Barra da Tijuca. O modelo de negócio adotado baseava-se na lógica de construir para os atletas e, depois, vender, diferindo de estratégias observadas em outras sedes olímpicas, como Londres, onde o poder público manteve maior controle sobre a destinação social das moradias.

Figura 13 - Vila dos Atletas em fase de construção.



FONTE: Archdaily. Olimpíadas do Rio: aumento de 456% no custo da Vila dos Atletas. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/759395/olimpiadas-do-rio-aumento-de-456-percent-no-custo-da-vila-dos-atletas>

Quanto à ocupação anterior da área onde foi implantada a Vila dos Atletas, trata-se majoritariamente de terrenos privados pertencentes ao grupo Carvalho Hosken, caracterizados por baixa densidade populacional e ausência de comunidades consolidadas. Assim, diferentemente de outros projetos associados aos Jogos Olímpicos — como o Parque Olímpico, que implicou a remoção da comunidade da Vila Autódromo — a Vila dos Atletas não envolveu deslocamentos diretos de populações residentes em seu perímetro imediato (FGV, 2024).

Figura 14 - Vila dos Atletas em fase de construção.



FONTE: Globo Esporte. Consórcio da Vila dos Atletas de 2016 promete obra no prazo e sem afundar. Disponível em: <https://ge.globo.com/olimpiadas/noticia/2013/08/consorcio-da-vila-dos-atletas-de-2016-promete-obra-no-prazo-e-sem-afundar.html>

Nos anos de 2012 e 2013, as obras da Vila tiveram início, prevendo a construção de 31 edifícios, totalizando 3.604 apartamentos distribuídos em torres de até 17 andares. O contexto econômico nacional, entretanto, começava a apresentar sinais de desaceleração, com aumento de custos no setor da construção civil e pressões crescentes sobre os orçamentos públicos destinados aos grandes eventos esportivos, como a Copa do Mundo e os próprios Jogos Olímpicos.

Em junho de 2013, eclodiram em todo o país as manifestações conhecidas como Jornadas de Junho, inicialmente motivadas pelo aumento das 33 tarifas de transporte público, mas que rapidamente se transformaram em um movimento de contestação mais ampla, voltado contra a corrupção, os gastos excessivos com megaeventos e a precariedade dos serviços públicos essenciais. O Rio de Janeiro foi um dos principais epicentros desses protestos, o que impactou diretamente a percepção social acerca dos Jogos de 2016. Embora as obras da Vila dos Atletas não tenham sido interrompidas, o cenário político e social alterou significativamente o ambiente de confiança e o discurso de “legado olímpico”. As críticas passaram a destacar o favorecimento de grandes empreiteiras, a falta de transparência nos contratos e o contraste entre os investimentos bilionários e as deficiências urbanas da cidade. Esse contexto

gerou questionamentos sobre o real benefício econômico e social do projeto, afetando inclusive o ritmo de financiamento e execução das obras. (Fernando Oliveira, 2020)

Figura 15 - Manifestação das Jornadas de Junho no Rio de Janeiro.



FONTE: Wiki Favelas. Jornadas de Junho de 2013 no Rio de Janeiro. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php/Jornadas_de_Junho_de_2013_no_Rio_de_Janeiro

Figura 16 – Cartaz de protesto das Jornadas de Junho no Rio de Janeiro.



FONTE: UFES. Desdobramentos de junho de 2013. Disponível em: <https://cpc.ufes.br/desdobramentos-de-junho-de-2013>

Entre 2014 e 2015, surgiram notícias de que o custo de aluguel que o Comitê Rio 2016 pagaria pela utilização da Vila havia aumentado em 456% em relação às estimativas iniciais, evidenciando a complexidade e os entraves financeiros do empreendimento (Vinicius Segalla, 2014). Nesse mesmo período, os apartamentos começaram a ser lançados comercialmente antes dos Jogos, com campanhas publicitárias que prometiam ao comprador a experiência de “morar onde os atletas ficaram”. Entretanto, o mercado imobiliário carioca atravessava um período de retração, o que resultou em vendas abaixo do esperado.

Figura 17 – Vista aérea da Vila dos Atletas em fase de construção.



FONTE: Globo Esporte. Vila dos Atletas fecha ano 60% pronta e tem sobras do palco do Rock in Rio. Disponível em: <https://ge.globo.com/olimpiadas/noticia/2014/12/vila-dos-atletas-fecha-ano-60-pronta-e-tem-sobras-do-palco-do-rock-rio.html>

Em junho de 2016, a Vila dos Atletas estava concluída e foi apresentada como a maior da história olímpica, com capacidade para hospedar 17 mil pessoas durante a Olimpíada e 6 mil na Paralimpíada. Contudo, logo após a inauguração oficial, em 24 de julho de 2016, diversas delegações denunciaram problemas estruturais, como vazamentos, fiações expostas e falhas elétricas. A delegação australiana, inclusive, classificou as acomodações como “inabitáveis”, o que gerou grande repercussão internacional (Vicente Seda, 2016).

Durante os Jogos, em agosto de 2016, a Vila funcionou como uma verdadeira “cidade dos atletas”, com refeitórios, áreas de convivência e transporte interno, mas o evento também evidenciou as dificuldades financeiras enfrentadas pelo município e pelas construtoras, envolvidas em escândalos de corrupção e na Operação Lava Jato.

Figura 18 – Vista aérea da Vila dos Atletas após finalização das obras.



FONTE: Band News. Apartamentos da Vila dos Atletas da Rio 2016 registram alta no número de vendas. Disponível em: <https://www.band.com.br/bandnews-fm/rio-de-janeiro/noticias/apartamentos-da-vila-dos-atletas-da-rio-2016-registra-alta-no-numero-de-vendas-16672434>

Com o término das competições, em setembro de 2016, iniciou-se a chamada fase de desmontagem olímpica, na qual os apartamentos foram adaptados para uso residencial permanente. Entre o final de 2016 e o início de 2017, foram realizadas as adequações necessárias, como substituição de instalações provisórias e instalação de cozinhas e armários definitivos. A Agência Brasil (2017) noticiou que o mercado imobiliário estava praticamente estagnado, o que tornava a venda das unidades ainda mais desafiadora.

Nos anos de 2017 e 2018, as primeiras chaves começaram a ser entregues, mas a velocidade de ocupação foi baixa, reflexo da recessão econômica e da desvalorização do mercado imobiliário do Rio de Janeiro. A 34 antiga Vila dos Atletas passou a ser frequentemente descrita pela imprensa como

um “elefante branco”, símbolo do descompasso entre a grandiosidade das obras e a realidade econômica do país (TRIBUNA DE ITUVERAVA, 2019).

Figura 19 – Vista da Vila dos Atletas após finalização das obras.



FONTE: Surto Olímpico. Vila Olímpica dos Jogos de 2016 começa a ser mobiliada; Entrega ao comitê será no fim do mês. Disponível em:

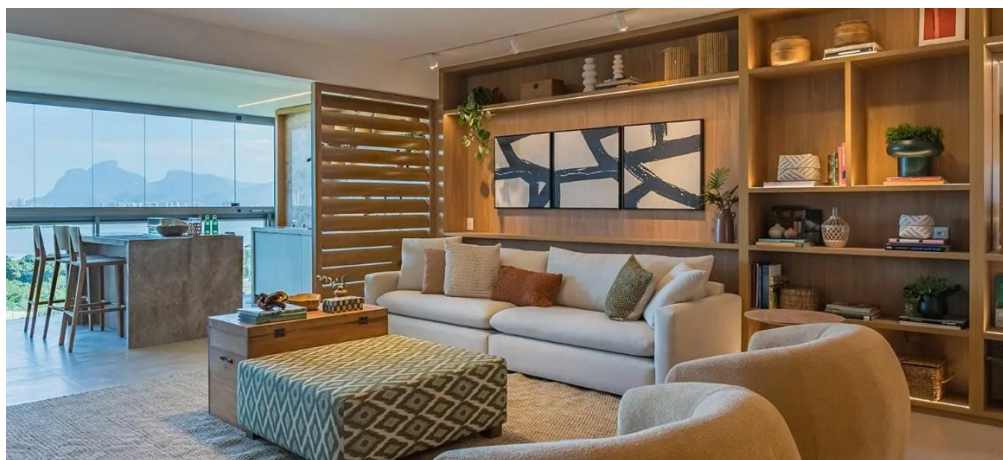
<https://www.surtoolimpico.com.br/2016/03/vila-olimpica-dos-jogos-de-2016-comeca.html>

Entre 2019 e 2023, o quadro de subutilização manteve-se. Apesar da infraestrutura moderna e da localização privilegiada, menos de 40% das unidades estavam ocupadas, e 19 dos 31 edifícios permaneciam fechados, alguns inclusive com pendências tributárias. Esse cenário reforçou as críticas quanto à viabilidade do modelo de legado imobiliário adotado para os Jogos Olímpicos de 2016 (Renata Firpo, 2024). Em 2024, o empreendimento, comercialmente rebatizado de Ilha Pura, passou ao controle do Banco BTG Pactual, que iniciou um processo de reestruturação e gestão do condomínio, com o objetivo de retomar as vendas e reposicionar o complexo no mercado de alto padrão. Esse reposicionamento foi parte de uma estratégia de revitalização do local, transformando a área em um bairro de luxo, após um período de dificuldades com a ocupação (Furlan 2025).

Por fim, em 2025, as reportagens destacam uma virada de percepção: a antiga Vila dos Atletas, que foi construída para abrigar os atletas durante os

Jogos Olímpicos Rio 2016, passou a ser tratada como um bairro de luxo consolidado, com um valor geral de vendas (VGV) estimado em R\$ 4 bilhões. Novos lançamentos, como o ORO Ilha Pura, registraram grande procura, e o preço por metro quadrado na região alcançou valores próximos de R\$ 9 mil. O BTG Pactual tornou-se, na prática, o gestor do novo bairro, coordenando melhorias urbanísticas e novos empreendimentos para reposicionar a área no mercado imobiliário de alto padrão, após a readequação do complexo (Furlan, 2025).

Figura 20 – Vista do interior de um apartamento do projeto Oro Ilha Pura



FONTE: IMÓVEL RIO, Oro Ilha Pura. Disponível em: <https://imovel.rio.br/barra-da-tijuca/oro-ilha-pura>

Figura 21 –Tipologia de um tipo de apartamento do Oro Ilha Pura



FONTE: IMÓVEL RIO, Oro Ilha Pura. Disponível em: <https://imovel.rio.br/barra-da-tijuca/oro-ilha-pura>

Assim, consolidou-se, ainda que tardiamente, a concepção original de um grande empreendimento de alto padrão na Barra da Tijuca — um desfecho que ilustra a transição da Vila dos Atletas de 2016 de símbolo de crise e desconfiança pública para um ativo imobiliário de elevado valor de mercado.

4.3 Do “Legado Olímpico” ao Urbanismo Neoliberal: a Vila dos Atletas como Mercadoria Urbana e Instrumento de Acumulação Privada

O modelo de planejamento urbano adotado na construção da Vila dos Atletas para os Jogos Olímpicos de 2016 evidencia a apropriação do espaço público e dos recursos estatais em benefício de interesses privados. Apresentado sob o discurso de “modernização urbana” e “legado social”, o empreendimento consolidou-se como uma estratégia de valorização imobiliária conduzida por grandes grupos econômicos, notadamente as construtoras Carvalho Hosken e Odebrecht, com respaldo do Estado em diversas frentes — fiscais, financeiras e infraestruturais.

Segundo David Harvey (1989), esse tipo de arranjo expressa o que ele denomina de *empreendedorismo urbano*, no qual a gestão pública passa a atuar como promotora de negócios, deslocando seu papel de garantidora do direito à cidade para agente facilitadora do capital. A Vila dos Atletas é um exemplo paradigmático desse fenômeno: um projeto urbano de escala monumental, financiado indiretamente com dinheiro público e justificado como política de desenvolvimento, mas voltado prioritariamente à reprodução do capital imobiliário.

Ainda que formalmente o investimento direto tenha partido da iniciativa privada, o Estado foi o grande viabilizador do empreendimento. A Prefeitura do Rio de Janeiro realizou obras de infraestrutura, viabilizou alterações urbanísticas e concedeu isenções fiscais e benefícios regulatórios que reduziram custos e riscos para as empresas envolvidas. Assim, os ganhos ficaram privatizados, enquanto os custos — financeiros, ambientais e sociais — foram coletivizados. (FGV, 2024).

A retórica do “legado olímpico” buscou legitimar essa operação, apresentando-a como catalisadora de progresso e inserção global da cidade. No entanto, como observa Raquel Rolnik (2015), o legado urbano dos megaeventos no Brasil se caracterizou pela expulsão de populações vulneráveis, pelo aumento da segregação espacial e pela financeirização do território urbano. No caso específico da Vila dos Atletas, a promessa de um uso social mais amplo deu lugar à criação de um condomínio de luxo fechado, inacessível à população carioca de baixa e média renda, reproduzindo e intensificando desigualdades.

O processo de planejamento também reflete o conceito de “cidade-empresa”, desenvolvido por Carlos Vainer (2011), no qual o espaço urbano é gerido como uma corporação que visa maximizar lucros e atrair investimentos, em detrimento de sua função social. A cidade é, nesse modelo, transformada em mercadoria e submetida à lógica do mercado financeiro, e não às necessidades de seus habitantes. A Vila dos Atletas — posteriormente rebatizada como Ilha Pura — se revelou, portanto, um produto imobiliário, mais do que um legado público.

Após o encerramento dos Jogos, a transformação do conjunto em ativo financeiro administrado pelo BTG Pactual simboliza o desfecho desse processo. A operação revelou-se lucrativa para o capital privado, mas dispendiosa e ineficiente em termos de retorno social. Enquanto a cidade enfrentava uma das maiores crises fiscais de sua história, boa parte das torres permanecia vazia, demonstrando o fracasso da política de planejamento orientada por interesses corporativos.

No plano do legado urbano e social, esse processo revela uma contradição central dos Jogos Olímpicos Rio 2016. De um lado, o discurso oficial enfatizou a geração de infraestrutura duradoura, modernização urbana e benefícios coletivos. De outro, a materialização desses investimentos seguiu uma lógica seletiva, concentrada em áreas de alto valor imobiliário e interesse do mercado, como a Barra da Tijuca e a região portuária. A aquisição da Vila dos Atletas por um banco de investimentos, no pós-evento, explicita o caráter estrutural dessa contradição, evidenciando que o legado olímpico se materializa menos como política urbana redistributiva e mais como mecanismo de valorização territorial orientado pelo capital financeiro.

Em síntese, o caso da Vila dos Atletas expõe o paradoxo estrutural dos megaeventos esportivos: embora justificados como instrumentos de desenvolvimento urbano, eles frequentemente resultam na transferência de recursos públicos para a acumulação privada, consolidando um modelo de cidade excludente e financeirizada. O espaço urbano, em vez de ser expressão do direito coletivo à cidade — conforme propõe Henri Lefebvre (1991) —, é convertido em plataforma de especulação e instrumento de poder econômico.

Nesse sentido, o caso da Vila dos Atletas permite compreender o legado dos Jogos Olímpicos Rio 2016 não apenas como um conjunto de obras ou equipamentos, mas como parte de um processo mais profundo de reconfiguração do espaço urbano, no qual o Estado atua como indutor da valorização privada e o mercado financeiro assume papel central na gestão dos ativos urbanos produzidos.

Portanto, a Vila dos Atletas não apenas exemplifica o fracasso do “legado olímpico” prometido, mas também evidencia como o planejamento urbano pode

ser capturado por interesses privados sob o verniz do progresso. O que deveria representar uma conquista coletiva tornou-se, na prática, uma manifestação do urbanismo neoliberal, em que o público se torna subsidiário do privado e o espaço urbano, uma mercadoria de alto valor simbólico e especulativo.

5. Conclusão

O legado dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro de 2016 apresenta um quadro contrastante entre as promessas de transformação urbana e os resultados reais, especialmente no que se refere à Vila dos Atletas. A Vila, que deveria ser um marco de sustentabilidade e inclusão social, acabou se tornando um dos maiores exemplos da falha do modelo de legado imobiliário adotado pelos organizadores dos Jogos. Apesar de inicialmente prometida como uma área de habitação acessível e infraestrutura esportiva para a cidade, a Vila se transformou em um projeto que, embora tenha recebido enormes investimentos, demonstrou sérias deficiências na ocupação e uso sustentável.

Entre 2016 e 2024, a Vila dos Atletas enfrentou sérios problemas de subutilização e abandono. Enquanto os imóveis foram projetados para abrigar milhares de pessoas e atletas, a realidade pós-evento foi marcada por uma ocupação abaixo de 40%, com 19 dos 31 edifícios ainda fechados, alguns com pendências tributárias e outros acumulando problemas estruturais, como vazamentos e falhas elétricas. A partir de 2024, com a aquisição do empreendimento pelo BTG Pactual, houve uma tentativa de reposicionamento no mercado de luxo, transformando o que era um complexo olímpico em um bairro de alto padrão. Esse movimento reflete a financeirização do espaço urbano, como amplamente discutido por Harvey (2005), que observa como os grandes projetos urbanos, muitas vezes, beneficiam principalmente o capital privado e os interesses imobiliários, em detrimento das necessidades sociais da população local.

Além disso, o Projeto Porto Maravilha, que visava revitalizar a área portuária do Rio de Janeiro, seguiu a mesma lógica de especulação imobiliária. O investimento em infraestrutura de transporte e requalificação urbana foi direcionado para atender a áreas de alto valor imobiliário e turísticas, como a

Barra da Tijuca, enquanto as zonas periféricas, que realmente precisavam dessas melhorias, continuaram marginalizadas. O modelo de legado adotado pelos organizadores dos Jogos, portanto, não se materializou de forma abrangente e equitativa, deixando lacunas nas áreas de acesso e mobilidade para as comunidades mais vulneráveis.

Embora o legado olímpico tenha promovido algumas melhorias no Rio de Janeiro, como a ampliação do sistema de transporte e a revitalização de algumas áreas, o impacto social foi limitado e desigual. A Vila dos Atletas, que deveria ser um símbolo de legado e prosperidade para as futuras gerações, se tornou um exemplo claro de como a falta de planejamento pós-evento, somada à pressão financeira e à crise econômica nacional, levou ao fracasso de uma parte significativa do legado proposto pelos Jogos.

Assim, o estudo da Vila dos Atletas e de outros legados da Olimpíada de 2016 revela que a gestão pública e privada não foram capazes de transformar as instalações temporárias em projetos duradouros e integrados ao tecido social da cidade. Em vez disso, o que restou foi um conjunto de estruturas subutilizadas e um modelo de especulação imobiliária, que reforçou as desigualdades urbanas e demonstrou a incompatibilidade entre as promessas de legado e a realidade social e econômica do Rio de Janeiro.

DECLARAÇÃO DE IAGEN E TECNOLOGIAS ASSISTIDAS POR IAGEN NO PROCESSO DE ESCRITA CIENTÍFICA

No processo de elaboração deste Trabalho Final de Graduação, foram utilizadas ferramentas de Inteligência Artificial Generativa (IAGen) como recurso auxiliar à escrita, organização e revisão textual. Especificamente, fez-se uso do ChatGPT (OpenAI), para apoiar as seguintes atividades:

- Organização e estruturação de capítulos e seções do trabalho;
- Reformulação e adequação linguística de trechos previamente redigidos pela autora;
- Sugestões de coesão e coerência textual;
- Apoio na sistematização de ideias e argumentos apresentados ao longo do texto;

É importante ressaltar que todo o conteúdo conceitual, analítico e decisório apresentado neste trabalho, incluindo a definição do tema, problematização, escolhas metodológicas, interpretação dos dados, elaboração das diretrizes e redação final, são de autoria exclusiva do discente. A IAGEN foi utilizada apenas como ferramenta de apoio à escrita e à organização textual, sem substituir o julgamento crítico, a fundamentação teórica ou as decisões acadêmicas da autora.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARCHDAILY. Arena olímpica de handebol e golbol / OA Oficina de Arquitetos. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/786683/arena-olimpica-de-handebol-e-golbol-oa-oficina-de-arquitetos>.
- BTG PACTUAL. Quem somos. São Paulo: Banco BTG Pactual, 2023.
- EXAME. Vila dos Atletas, da Olimpíada de 2016, virou bairro de alto padrão – e vende milhões por dia. São Paulo, 15 set. 2025. Disponível em: <https://exame.com/mercado-imobiliario/como-a-vila-dos-atletas-das-olimpiadas-saiu-de-elefante-branco-a-bairro-de-r-4-bilhoes/>
- FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). Legado dos Jogos Olímpicos Rio 2016. Rio de Janeiro: FGV Conhecimento, 2024.
- FURLAN, Letícia. Vila dos Atletas, da Olimpíada de 2016, virou bairro de alto padrão – e vende milhões por dia. *Exame*, São Paulo, 15 set. 2025.
- GE GLOBO. Legado olímpico: veja como estão as estruturas da Rio 2016 oito anos depois. Rio de Janeiro, 7 ago. 2024. Disponível em: <https://ge.globo.com/olimpiadas/noticia/2024/08/07/legado-olimpico-veja-como-estao-as-estruturas-da-rio-2016-oito-anos-depois.ghtml>.
- GE GLOBO. Veja imagens dos problemas que fizeram Austrália abandonar vila olímpica. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://ge.globo.com/olimpiadas/noticia/2016/07/veja-imagens-dos-problemas-que-fizeram-australia-abandonar-vila.html>.
- HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: [s.n.], [s.d.].
- ICASURIAGA, Gabriela Lema. Territórios silenciados: segurança e controle numa cidade “pós-olímpica”. Rio de Janeiro: [s.n.], [s.d.].
- LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Tradução: Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. São Paulo: Edusp, 2006.
- MASCARENHAS, Gilmar. A produção da cidade olímpica e os sinais da crise do modelo globalitário. Rio de Janeiro: [s.n.], [s.d.].
- MASCARENHAS, Gilmar. Rio de Janeiro 2016: a cidade em movimento. Rio de Janeiro: [s.n.], 2016.

- OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Olimpíadas 2016 e os impactos da “revolução dos transportes” sobre justiça socioespacial. Rio de Janeiro, 2016.
- OLIVEIRA, Acrícia Colemberg de. O legado dos megaeventos para a cidade sede. Rio de Janeiro: [s.n.], [s.d.].
- OLIVEIRA, Fernando Luiz de. Mega-events, legacies and impacts: notes on Rio de Janeiro Olympic Games. *Journal of Urban Affairs*, [s.l.], [s.d.].
- PEREIRA, Rafael H. M. Transport legacy of mega-events and the redistribution of urban accessibility: Rio de Janeiro case study. *Transportation Research Part A: Policy and Practice*, v. XX, p. XX–XX, 2018.
- PROJETO. Requalificação urbana. Disponível em: <https://revistaprojeto.com.br/noticias/requalificacao-urbana-1/>.
- RIO 2016 CANDIDATURE COMMITTEE. Candidature File Rio de Janeiro 2016. Rio de Janeiro: Rio 2016 Candidature Committee, 2009.
- SURTO OLÍMPICO. Centro Internacional de Transmissão e a Olimpíada do Rio. Disponível em: <https://www.surtoolimpico.com.br/2015/11/centro-internacional-de-transmissao-e.html>.
- TRIBUNA DE ITUVERAVA. Após 3 anos da Rio 2016, Vila dos Atletas vendeu menos de 15% dos apartamentos construídos. Disponível em: <https://www.tribunadeituverava.com.br/apos-3-anos-da-rio-2016-vila-dos-atletas-vendeu-menos-de-15-dos-apartamentos-construidos/>.
- UOL ESPORTE. Vila para atletas na Olimpíada custará R\$ 2,59 bi, 456% mais que o previsto. São Paulo, 14 dez. 2014. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/rio-2016/ultimas-noticias/2014/12/14/vila-para-atletas-na-olimpiada-custara-r-259-mi-456-mais-que-o-previsto.htm>
- VEJA. Adivinhe qual Vila Olímpica virou mico no mercado imobiliário. São Paulo, 1 ago. 2024. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/real-estate/adivinhe-qual-vila-olimpica-virou-mico-no-mercado-imobiliario/>

